27 de agosto de 2021

Ao
Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – Desig

Prezados,

Nos termos do art. 4º da Circular nº 3.964, de 25 de setembro de 2019 remetemos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária Raiz – Cresol Raiz - CNPJ 17.343.510/0001-64, para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Relação de Demonstrações Financeiras e documentos constantes:

I Relatório da Administração;
II Balanço Patrimonial;
III Demonstração de Sobras ou Perdas;
IV Demonstração de Sobras e Perdas Abrangentes;
V Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
VI Demonstração dos Fluxos de Caixa;
VII Notas Explicativas

Data e sitio eletrônico de divulgação:

Divulgadas em 27/08/2021 no site: https://cresolsicoper.com.br/sobre-nos/publicacoes-post/demostrativos-contabeis-frederico-westphalen-2021

Termo declaratório da Alta Administração quanto a responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo.

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária Raiz – Cresol Raiz - CNPJ 17.343.510/0001-64, que o conteúdo dos documentos contidos no arquivo relativos a 30/06/2021, fornecidas a Vossas Senhorias para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional são fidedignos, bem como não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetam ou possam afetar as demonstrações contábeis ou, ainda, a continuidade das operações da Cooperativa.

CLAUDIANE BUZATTO PIOVESAN:81451652020 Assinado de forma digital por CLAUDIANE BUZATTO PIOVESAN:81451652020 Dados: 2021.08.31 08:49:34 -03'00'

Claudiane Buzzatto Piovesan
Diretora Executiva

ESTEVO MATEUS OLESIAK:01711854042 Assinado de forma digital por ESTEVO MATEUS OLESIAK:01711854042 Dados: 2021.08.30 19:30:55 -03'00'

Estevo Mateus Olesiak
Contador CRC nº: 092771/O-1

Relatório da Administração

Estimados Associados,

Na ocasião do encerramento de mais um semestre, prestamos contas aos senhores dos resultados obtidos, respeitando o compromisso de ética e transparência assumido pela Cresol Raiz para com seus associados. Outrossim, em respeito às diretrizes legais, tornamos públicas e de livre acesso às informações e demonstrações financeiras da Cresol Raiz referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Ademais, esclarecemos aos senhores a situação econômico-financeira da cooperativa bem como explicitamos os resultados dos principais indicadores-chave. Além disso, reafirmamos nosso compromisso com a clareza das informações disponibilizadas e com o desenvolvimento sustentável, contínuo e frequente da Cresol Raiz. Todos os números apresentados neste relatório têm como base as demonstrações financeiras divulgadas a nível público. São, portanto, valores representados em milhares de reais e desconsideram-se, apenas para fins de apresentação, das centenas até os centavos.

1. Política Operacional

Em junho de 2021, a Cresol Raiz obteve êxito em diversos fins, mantendo acesa a cultura do trabalho pelo propósito. O principal feito – em termos de operações financeiras - junto aos associados é representado, em sua maioria, pela captação de recursos e concessão de crédito em suas múltiplas vertentes.

2. Avaliação de Resultado

Durante o período ao qual este relatório se refere, a Cresol Raiz obteve uma sobra de R$ 3.383.000,00, representando um retorno sobre os ativos – ROA – de 1,39%.

3. Ativos

O ativo total da Cresol Raiz somava, em 30/06/2021, um crescimento de 18,32% quando comparado ao total de ativos no mesmo dia do ano antecedente. Os ativos totais, bem como a variação percentual (Δ%) estão abaixo:

	31/12/2020	30/06/2021	Δ%
ATIVO TOTAL	**205.322**	**242.946**	**18,32**

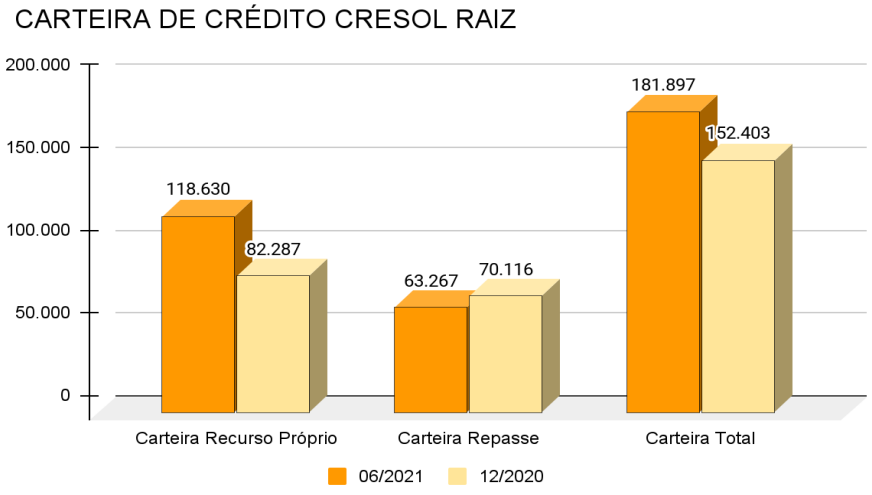
4. Carteira de Depósitos

No último dia do semestre em questão, a carteira total de depósitos (composta por carteira de depósito a prazo somado à carteira de depósito à vista e a carteira de poupança) tinha um saldo de R$ 137.684.000,00. As captações encontravam-se, em 30/06/2021, assim distribuídas:

Observa-se uma evolução de 33,54% na carteira total de depósitos quando comparada ao semestre anterior.

5. Carteira de Crédito

A Cresol Raiz preza pela concessão correta e responsável do crédito. As operações propostas passam, em sua totalidade, por análises de crédito e capacidade de pagamento dos tomadores, buscando alcançar os mínimos índices de inadimplência possíveis. Em 30/06/2021 a carteira total de crédito (composta por carteira de repasse + carteira de recursos próprios) possuía um saldo de R$ 181.897.000,00. A carteira, sua segmentação e evolução são representadas no gráfico abaixo.



A Carteira total de crédito, conforme sustentado pelo gráfico acima, apresentou variação positiva de 19,35% quando comparado com o semestre anterior.

6. Patrimônio de Referência

No que se refere ao Patrimônio de Referência (PR), foi apresentado, no fim do semestre, um saldo de R$ 24.642.000,00.

	31/12/2020	30/06/2021	Δ%
PR	**19.231**	**24.642**	**28,14**

A tabela acima representa, em milhares de reais, a comparação dos montantes de patrimônio de referência apresentados em 31/12/2020 e 30/06/2021, evidenciando um salto de R$ 19.231.000,00 para R$ 24.642.000,00. Em termos percentuais, o crescimento foi de 28,14%

7. Governança Corporativa

Segundo o IBGC, Governança Corporativa é o "sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas".

O órgão de participação direta pelo qual os sócios tratam das grandes decisões da Cresol Raiz é a Assembleia Geral.

Hoje, a Cresol Raiz adota o modelo dual de Governança Corporativa, ou seja, com Diretoria Executiva segregada do Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração exerce papel estratégico e a Diretoria Executiva, tático.

Portanto, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva administram a cooperativa, respeitados os seus papéis. Os órgãos de fiscalização e controle da Cresol Raiz são o Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral, a Auditoria Independente e a Auditoria Cooperativa, terceirizadas, e as áreas de gerenciamento de riscos, controles internos, supervisão auxiliar e conformidade (compliance), da Central Cresol Sicoper.

Já como mecanismos de conduta e conflito de interesses a Cresol Raiz adere ao Código de Conduta, Canal de Denúncias, Comitê de Deontologia (Conduta), Ouvidoria e Política de Remuneração de Diretores e Conselheiros do Sistema Cresol Sicoper, e à Política de Crédito e Política de Divulgação de Informações do Sistema Cresol.

Todos esses elos da Governança Corporativa são necessários para que a Cresol Raiz esteja em Compliance com os princípios básicos da Governança Corporativa, que são: Prestação de Contas, Transparência, Equidade e Responsabilidade Corporativa.

8. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop é um órgão que objetiva a prestação de garantias de crédito aos associados. Além de prover proteção e mais segurança aos investidores e depositantes de cooperativas de crédito e bancos cooperativos, o fundo apoia a solidez e estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) bem como colabora com a prevenção de crise no sistema cooperativista.

Por meio da Resolução nº 4.150, de 30 de outubro de 2012, foi estabelecida a compulsoriedade na filiação de todas cooperativas de crédito singulares, bem como dos bancos cooperativos brasileiros. A contribuição mensal das filiadas ao fundo é, via diretriz estabelecida, fixada em 0,0125%

ao mês do somatório dos saldos das contas correspondentes aos depósitos que dispõe de garantia ordinária.

Os limites regulamentados de garantia estão estabelecidos no Anexo II da Resolução n° 4.284/2013, estabelecendo, por exemplo, um limite de garantia ordinária de até R$ 250.000,00 por CPF/CNPJ - somados todos os créditos, depósitos e letras cobertos pelo fundo - na mesma instituição, No mesmo anexo, constam todos as modalidades de depósito e letras garantidos pelo fundo.

Agradecimentos

A CRESOL RAIZ, bem como os seus dirigentes, agradece intensamente a todos os associados pela confiança depositada na custódia dos seus recursos. Estendemos os agradecimentos a toda equipe de colaboradores da Cresol Raiz pelos esforços despendidos no período que se finda.

Reiteramos nosso entusiasmo e comprometimento em buscar tornar o próximo semestre ainda melhor.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

Ativo	06/2021	12/2020
Circulante	104.018	118.993
Disponibilidades (Nota 6)	925	594
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	974	2.107
Relações interfinanceiras (Nota 8)	49.491	42.054
Operações de crédito (Nota 9)	50.630	72.818
(-) Provisão para operações de crédito	(618)	(926)
Outros créditos (Nota 10)	2.266	2.198
Rendas a receber	1.108	1.084
Diversos	1.158	1.114
Outros valores e bens (Nota 11)	398	148
(-) Provisão desvalorização de outros valores e bens	(48)	-
Realizável a longo prazo	131.885	80.511
Operações de crédito (Nota 9)	133.996	81.874
(-) Provisão para operações de crédito	(2.111)	(1.363)
Permanente	7.043	5.818
Investimentos (Nota 12)	1.423	1.423
Imobilizado de uso	6.486	5.064
(-) Depreciação de imobilizado de uso	(866)	(669)
Total do ativo	242.946	205.322

Passivo	06/2021	12/2020
Circulante	180.912	153.507
Depósitos (Nota 13)	137.684	103.105
Depósitos à vista	18.551	15.403
Depósitos a prazo	117.554	87.309
Depósitos de poupança	1.579	393
Relações interdependências	185	408
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14)	41.209	48.378
Outras obrigações	1.834	1.616
Tributos e assemelhados	71	-
Sociais e estatutárias	612	709
Fiscais e previdenciárias	281	184
Diversas (Nota 15)	628	459
Provisões (Nota 16)	242	264
Exigível a longo prazo	37.392	32.584
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14)	37.392	32.584
Patrimônio líquido (Nota 17)	24.642	19.231
Capital social	12.420	9.642
Fundo de reserva	8.839	6.879
Sobras acumuladas	3.383	2.710
Total do passivo e do patrimônio líquido	242.946	205.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen

Demonstração de sobras ou perdas
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	**9.547**	**6.386**
Operações de crédito (Nota 9)	9.087	6.046
Receita de centralização financeira (Nota 8)	455	327
Receita com títulos e valores mobiliários	5	13
Despesas de intermediação financeira	**(4.095)**	**(2.471)**
Operações de captação no mercado (Nota 13)	(1.610)	(1.227)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 14)	(1.956)	(1.037)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(529)	(207)
Resultado bruto da intermediação financeira	**5.452**	**3.915**
Outras receitas e despesas operacionais	**(2.080)**	**(2.376)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 18)	2.426	1.398
Despesas de pessoal (Nota 19)	(2.360)	(1.777)
Despesas administrativas (Nota 20)	(1.015)	(1.067)
Despesas tributárias	(10)	(15)
Outras receitas operacionais (Nota 21)	250	88
Outras despesas operacionais (Nota 22)	(1.371)	(1.003)
Resultado operacional	**3.372**	**1.539**
Resultado não operacional	37	31
Resultado antes da tributação sobre lucro	**3.409**	**1.570**
Imposto de renda e contribuição social	**(26)**	**(6)**
Imposto de renda sobre as sobras líquidas	(13)	(3)
Contribuição social sobre as sobras líquidas	(13)	(3)
Sobras do semestre	**3.383**	**1.564**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen

Demonstração de sobras ou perdas abrangentes (DSPA)
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2021	2020
Sobras do semestre	**3.383**	**1.564**
Outras sobras e perdas abrangentes	**-**	**-**
Sobras abrangentes total	**3.383**	**1.564**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Capital social	Fundo de reserva	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2020	6.991	4.261	1.613	12.865
Distribuição de sobras (Nota 17 (f))	-	1.563	(1.613)	(50)
Utilização do Fundo	-	(432)	432	-
Integralizações de capital	1.072	-	-	1.072
Baixas de capital	(218)	-	-	(218)
Sobras do semestre	-	-	1.564	1.564
Em 30 de junho de 2020	**7.845**	**5.392**	**1.996**	**15.233**
Em 1º de janeiro de 2021	9.642	6.879	2.710	19.231
Distribuição de sobras (Nota 17 (f))	-	2.710	(2.710)	-
Utilização de Fundos	-	(750)	-	(750)
Integralizações de capital	2.949	-	-	2.949
Baixas de capital	(171)	-	-	(171)
Sobras do semestre	-	-	3.383	3.383
Em 30 de junho de 2021	**12.420**	**8.839**	**3.383**	**24.642**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.409**	**1.570**
Ajustes as sobras líquidas	**726**	**315**
Despesas de depreciação	197	108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	529	207
Variações patrimoniais	**(4.383)**	**(2.218)**
Títulos e valores mobiliários	1.133	(384)
Relações interfinanceiras	(7.437)	(8.878)
Operações de crédito	(30.022)	(19.117)
Outros créditos	(68)	(1.378)
Outros valores e bens	(202)	205
Depósitos	34.579	18.944
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.361)	8.607
Relações interdependências	(223)	56
Outras obrigações	218	(273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(27)**	**(6)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(275)**	**(339)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Baixa (aquisição) de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.422)	(253)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.422)**	**(253)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	2.949	1.072
Baixas de capital	(171)	(218)
Utilização de outros fundos	(750)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**2.028**	**854**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**331**	**262**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (Nota 6)	**594**	**135**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 6)	**925**	**397**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Frederico Westphalen ("Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Central Cresol Sicoper ("Central Sicoper"). A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Iniciou as suas atividades em 29 de outubro de 2012 e tem por objetivos principais:

(a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;

(b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;

(c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e

(d) estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sistema Cresol.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução BACEN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução BACEN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução BACEN nº 4.535/16.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução BACEN nº 4.748/19

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de julho de 2021.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados. Em 30 de junho de 2021, a Cooperativa apresentou um resultado de R$ 88.668 e o valor de R$ 26 de tributos referente à atos não cooperativos (2020 –R$ 6 de tributos).

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Títulos e valores mobiliários

Refere-se a aplicação em quotas de fundos de renda fixa, as quais são registradas pelo seu valor justo na data de fechamento.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho e dezembro de 2020.

(e) Relações interfinanceiras - centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol Sicoper, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida Resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
A vencer	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações	4% a.a.
Instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação, segurança e transporte	10% a.a.
Sistema de processamento de dados	20% a.a.
Veículos	20% a.a.

(i) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(j) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 30 de junho de 2021.

(k) Depósitos

O valor apresentado nas demonstrações financeiras está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do exercício, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(l) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(m) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

(n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(o) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A principal estimativa e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, é a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), a qual é calculada conforme descrito na Nota 3 (g).

5 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

(d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Cresol estão sujeitas;

. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Cresol;

. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

6 Disponibilidades

	06/2021	12/2020
Caixa e conta corrente em bancos	925	594
	925	594

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

(a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
(b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
(c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
(d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

7 Títulos e valores mobiliários

	06/2021	12/2020
Quotas de fundos de investimentos	974	2.107
	974	2.107

Refere-se a aplicação em quotas de fundos de renda fixa, as quais são registradas pelo seu valor justo na data do fechamento.

8 Relações interfinanceiras

	06/2021	12/2020
Centralização financeira em Cooperativa Central	46.856	41.310
Outras (i)	2.635	744
	49.491	42.054

(i) O saldo de "Outras" refere-se à depósitos bloqueados e Proagro a receber do Banco Central.

A remuneração média da centralização financeira no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de 89,23% do CDI (2020 – 71,67% do CDI). No semestre findo em 30 de junho de 2021, a receita apresentada foi de R$ 455 (2020 - R$ 327) registrada na rubrica receita de centralização financeira, na demonstração de sobras ou perdas. No primeiro mês da pandemia causada pela COVID-19 a volatilidade do mercado financeiro refletiu em uma redução nos rendimentos dos fundos de investimentos (aplicados pela Central), nos meses seguintes houve a recuperação, mantido ainda um impacto no semestre, o que refletiu na renda da Centralização Financeira.

9 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

			06/2021	12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Operações de crédito – Recursos próprios				
Empréstimos e títulos descontados	14.639	74.127	88.766	58.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.412	27.452	29.864	23.387
Operações de crédito – Recursos por repasses				
Financiamentos rurais e agroindustriais	32.961	30.306	63.267	70.116
Carteira total	50.012	131.885	181.897	152.403

A remuneração média no semestre findo em 30 de junho de 2021 das operações de recursos próprios é de 17,46% ao ano, proporcionando uma receita de R$ 7.006 (2020 - R$ 4.791 e a remuneração média foi de 20,56% ao ano). A remuneração média no semestre findo em 30 de junho de 2021 das operações de recursos por repasses é de 7,48% ao ano, proporcionando uma receita de R$ 2.081 (2020 - R$ 1.255 e a remuneração média foi de 7,47% ao ano) registrado na rubrica Operações de crédito, da demonstração de sobras e perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
	06/2021	12/2020	06/2021	12/2020
Níveis de risco				
Nível A	88.981	78.506	444	393
Nível B	82.848	62.132	828	621
Nível C	9.342	11.465	280	344
Nível D	1.765	1.340	176	134
Nível E	693	485	208	145
Nível F	265	78	132	39
Nível G	236	242	165	169
Nível H	496	444	496	444
Total	184.626	154.692	2.729	2.289

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação nos exercícios:

	06/2021	12/2020
Saldo inicial	2.289	1.894
Constituição no exercício	561	731
Reversão no exercício	(32)	(94)
Provisão baixada para perda no exercício	(89)	(242)
	2.729	2.289

(c) Distribuição das operações por tipo de cliente

	06/2021	12/2020
Cliente		
Pessoa física	128.413	112.026
Pessoa jurídica	56.213	42.666
	184.626	154.692

(d) Distribuição por faixa de vencimento

	06/2021	12/2020
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	543	332
Entre 31 e 60 dias	92	77
Entre 61 e 90 dias	47	32
Entre 91 e 120 dias	43	10
Entre 121 e 150 dias	22	63
Entre 151 e 180 dias	9	5
Entre 181 e 240 dias	11	11
Entre 241 e 300 dias	5	6
Entre 301 e 360 dias	59	3
	831	539
Operações a vencer		
Até 30 dias	7.469	4.197
Entre 31 e 60 dias	9.186	5.837
Entre 61 e 90 dias	6.436	6.943
Entre 91 e 120 dias	4.557	5.365
Entre 121 e 150 dias	3.756	4.579
Entre 151 e 180 dias	4.173	22.091
Entre 181 e 240 dias	12.692	10.496
Entre 241 e 300 dias	17.941	6.642
Entre 301 e 360 dias	8.984	6.011

	06/2021	12/2020
Entre 361 e 540 dias	13.480	9.840
Acima de 541 dias	93.878	71.470
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	1.243	682
	183.795	154.153
	184.626	154.692

(e) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

	06/2021	12/2020
Operações		
Renegociadas	1.423	2.682
Lançadas contra prejuízo	(286)	(1.174)
Recuperadas de prejuízo	405	1.323

10 Outros créditos

(a) Rendas a receber

	06/2021	12/2020
Remuneração BNDES	456	537
Remuneração DIR (Depósito Interbancário Rural)	402	256
Comissão de seguros	250	291
	1.108	1.084

(b) Diversos

	06/2021	12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	104	21
Devedores por compras de valores e bens (i)	651	728
Títulos e créditos a receber (ii)	182	233
Devedores diversos	221	132
	1.158	1.114

(i) A rubrica "Devedores por compra de valores e bens" refere-se aos débitos perante terceiros resultantes da alienação, a prazo, de bens não de uso e imobilizado da cooperativa.

(ii) A rubrica "Títulos e créditos a receber" refere-se à débitos perante terceiros, referente ao uso do cartão de crédito.

11 Outros valores e bens

	06/2021	12/2020
Bens não de uso próprio	398	148
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(48)	-
	350	148

12 Permanente - Investimentos

	06/2021	12/2020
Participação na Central Cresol Sicoper (i)	1.423	1.423
	1.423	1.423

(i) Participação, em 2021, referente a 3,79% (2020 – 3,79%) do capital social da Central Cresol.

13 Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (Depósito à Vista) e em aplicações financeiras (Depósito a Prazo), conforme abaixo:

	06/2021	12/2020
Depósitos à vista	18.551	15.403
Depósitos a prazo	117.554	87.309
Depósitos de poupança	1.579	393
	137.684	103.105

As despesas com captação do semestre findo em 30 de junho de 2021 foram de R$ 1.610 e o percentual médio foi de 0,20% ao mês (2020 - R$ 1.227 e o percentual médio foi de 0,21% ao mês), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses tomados pela Central Cresol Sicoper e repassados para a Cooperativa, são apresentados a seguir:

	06/2021			12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cresol Central SC/RS	331	255	586	782
Central Cresol Sicoper	35.861	37.137	72.998	80.180
Empréstimo Central	5.017	-	5.017	-
	41.209	37.392	78.601	80.962

O grupo "Obrigações por empréstimos e repasses" refere-se a recursos tomados junto à Central Cresol Sicoper e a Cresol Central SC/RS, com vencimento até 15 de abril de 2036. Os encargos financeiros são calculados *pro rata*, tomando-se por base juros de programas governamentais como o PRONAF, que variam de 0,5% a 22,79% a.a., incidentes sobre o saldo devedor. No semestre findo em 30 de junho de 2021 a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com os Bancos foi de 7,48% ao ano (2020 – 7,47 % ao ano), representando uma despesa de R$ 1.956 (2020 - R$ 1.037), lançada na rubrica "Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses" na demonstração de sobras ou perdas.

15 Outras obrigações

(a) Diversas

	06/2021	12/2020
Provisão para pagamentos a efetuar	333	197
Credores diversos (i)	295	262
	628	459

(i) No grupo "Credores diversos" estão contabilizados os saldos de seguros contratados e ainda não pagos para as companhias seguradoras, além de saldos de cartão de débito/ crédito, não repassados aos lojistas.

(b) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	06/2021	12/2020
Garantias prestadas em operações de cooperados		
Carta aval/fiança	28.754	23.541
	28.754	23.541

16 Provisão para causas judiciais

(a) Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa não possuía passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 2021 e **2020**.

(b) Provisão para garantias financeiras prestadas

Na rubrica "Provisões" estão também registradas as provisões com garantias financeiras prestadas, onde são contabilizados os valores provisionados pela carteira de crédito em que a cooperativa figura como coobrigada. Na data das demonstrações financeiras a Cooperativa possuía provisionado o valor de R$ 242 (2020 – R$ 264).

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R$ 1,00 (um real), sendo que cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.
O capital social e número de cooperados estão assim compostos:

	06/2021	12/2020
Capital social - milhares de reais	12.420	9.642
Número de cooperados	11.404	10.197

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos cooperados com integralização de cotas-partes e o desligamento de cooperados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

(c) Juros sobre capital próprio

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros é incorporado às cotas de capital e ocorre no segundo semestre de cada ano.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10%, pelo menos, das sobras líquidas do semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

(e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. São destinados ao FATES também, eventuais resultados de atos não cooperativos.

18 Receitas de prestação de serviços

	2021	2020
Rendas de serviços bancários (i)	2.426	1.398
	2.426	1.398

(i) Estão contabilizadas na rubrica "Rendas de serviços bancários" as tarifas diversas cobradas dos cooperados, além da remuneração recebida pela prestação de serviços junto aos agentes financeiros (BNDES e Banco do Brasil S.A.).

19 Despesas de pessoal

	2021	2020
Honorários pagos a diretores e conselheiros	(197)	(157)
Proventos	(918)	(813)
Encargos sociais	(472)	(317)
Benefícios	(563)	(420)
Treinamentos	(22)	(10)
Provisão remuneração variável	(188)	(60)
	(2.360)	(1.777)

20 Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços do sistema financeiro(i)	(98)	(231)
Outras despesas administrativas	(44)	(38)
Aluguéis	(103)	(146)
Serviços de terceiros	(27)	(21)
Serviços de vigilância e segurança	(42)	(41)
Transporte	(24)	(22)
Processamento de dados	(48)	(8)
Promoções e relações públicas	(17)	(74)
Despesa de comunicações	(66)	(59)
Depreciação	(198)	(108)
Seguros	(21)	(27)
Água, energia e gás	(50)	(49)
Serviços técnicos especializados	(8)	(17)
Material	(80)	(68)
Manutenção e conservação de bens	(84)	(75)
Despesas de viagens no país	-	-
Propaganda e publicidade	(105)	(83)
	(1.015)	(1.067)

(i) Em "Serviços do sistema financeiro" a maior variação se refere a despesas de manutenção das contas integração junto ao Banco do Brasil.

21 Outras receitas operacionais

	2021	2020
Recuperação de créditos baixados à prejuízo(i)	188	63
Outras rendas operacionais	62	25
	250	88

Em "Recuperação de créditos baixados à prejuízo" estão contabilizadas a recuperações de crédito que a Cooperativa obteve, são oriundas de contratos que estavam baixados a prejuízo.

22 Outras despesas operacionais

	2021	2020
Descontos concedidos em renegociações	(73)	(285)
Despesas com Cooperativa Central	(210)	(177)
Despesas com consultas CAD	(96)	(62)
Outros (i)	(992)	(479)
	(1.371)	(1.003)

(i) Em "Outros" estão contabilizadas despesas com rateio de custos da confederação, administração de cartão de crédito, assinaturas de jornais/revistas, despesas de copa e cozinha e custas com registro de gravames.

23 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se registrado na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* das Singulares. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

24 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e Operações de Crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	2021	2020
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	115	254
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	710	956
Operações de crédito	1.858	1.715
Remuneração de administradores - pessoas chave	197	157

Os saldos mantidos com a parte relacionada Central Cresol Sicoper são:

	2021	2020
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 8)	46.856	31.625
Remuneração da Centralização Financeira (Nota 8)	455	327
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14)	72.998	47.688

Os saldos mantidos com a parte relacionada Cresol Central SC/RS são:

	2021	2020
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14)	586	986

As despesas com as obrigações por empréstimos e repasses decorrentes de operações com a Central Cresol Sicoper e com a Cresol Central SC/RS são:

	2021	2020
Despesas de intermediação financeira - Operações de empréstimos e repasses (Nota 14)	1.956	1.037

As despesas da Cresol Central Sicoper são rateadas mensalmente para as cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo, conforme estabelecido na Resolução nº 002, de 19 de junho de 2015:

I – Fixo: 40% (quarenta por cento) do orçamento mensal de gastos da Central Cresol Sicoper, divididos em partes iguais entre as cooperativas filiadas;
II – Variável: 60% (sessenta por cento) do orçamento mensal de gastos da Central Cresol Sicoper, divididos da seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente aos ativos contábeis de cada cooperativa;
b) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente ao número de cooperados de cada cooperativa.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 o valor de despesas rateadas para a Cooperativa foi de R$ 210 (2020 - R$ 177), alocadas no grupo "Outras despesas operacionais" na demonstração de sobras ou perdas (Nota 22).

25 Índices de Basiléia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no 4.192, de 1º de março de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2021	2020
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	24.643	15.232
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	182.027	109.266
Índice de Basiléia (mínimo 12%)	13,54%	13,94%
Imobilizado para cálculo do limite	7.043	2.940
Índice de imobilização (limite 50%)	26,32%	9,96%

Em decorrência dos possíveis efeitos da COVID-19, a Resolução 4.813/2020 estabelece medidas para estimular o Sistema Financeiro Nacional a enfrentar o momento adverso, especificamente reduzindo o percentual para cálculo do requerimento mínimo de patrimônio de referência de 12% para 10,5%, trazendo esse percentual mínimo para o Índice de Basileia a partir de 01/04/2020, esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 12% em 01/05/2022.

* * *

Claudiane Buzzatto Piovesan CPF: 814.516.520-20 Diretora Executiva	CLAUDIANE BUZATTO PIOVESAN:81451652020 Assinado de forma digital por CLAUDIANE BUZATTO PIOVESAN:81451652020 Dados: 2021.08.31 16:19:11 -03'00'
Claudiovani Ferigollo CPF: 000.328.650-90 Diretor Comercial	CLAUDIOVANI FERIGOLLO:00032865090 Assinado de forma digital por CLAUDIOVANI FERIGOLLO:00032865090 Dados: 2021.08.31 16:19:28 -03'00'
Estevo Mateus Olesiak CRC-RS 092771/O Contador	ESTEVO MATEUS OLESIAK:01711854042 Assinado de forma digital por ESTEVO MATEUS OLESIAK:01711854042 Dados: 2021.08.31 16:19:44 -03'00'